

CIÊNCIAS HUMANAS

ATUAÇÃO E PRODUÇÃO LEGISLATIVA EM POLÍTICA EXTERNA NO URUGUAI E PARAGUAI (2010-2015)

GUERRA, Lucas Duarte

Estudante do Curso de Relações Internacionais e Integração - ILAESP – UNILA;
E-mail: lucas.guerra@aluno.unila.edu.br

LISBOA, Marcelino Teixeira

Docente/pesquisador do curso de Relações Internacionais e Integração – ILAESP – UNILA.
E-mail: marcelino.lisboa@unila.edu.br

1 Introdução

O Núcleo de Pesquisa em Política Externa Latino-Americana (NUPELA-UNILA) se dedica ao estudo das políticas exteriores da América Latina sob uma perspectiva que rompe com as abordagens tradicionais da área, buscando evidenciar o caráter “interméstico” da política externa, ou seja, apontá-la como resultante tanto de atores e processos da arena doméstica do Estado quanto das pressões e constrangimentos do cenário internacional. Outra linha central da abordagem do grupo de pesquisa é a concepção de política externa enquanto política pública, eixo que tem conduzido a um amplo debate acerca dos limites e oportunidades de democratização da política exterior.

Buscando contribuir para as discussões acerca de política externa dentro desse marco teórico, bem como romper com a consideração exclusiva da atuação presidencial e do Poder Executivo presente na maioria das análises de política externa dos países da região, a presente pesquisa foca em outro ator estatal fundamental para o processo decisório, o Poder Legislativo. Com ênfase no estudo de caso do Uruguai e Paraguai entre os anos de 2010 e 2015, apresentamos um mapeamento da participação legislativa no processo decisório de política externa em ambos os países.

2 Metodologia

A pesquisa se deu majoritariamente através da análise de fontes primárias, com a sistematização de dados disponibilizados em sites oficiais dos governos uruguaio e paraguaio acerca das tramitações em suas respectivas Comissões legislativas responsáveis por temas de política exterior no recorte temporal referenciado. Com os dados obtidos, foram montados gráficos e planilhas, de modo a permitir uma comparação mais clara entre os temas e processos de ambos os

países. Ademais, se realizaram reuniões bissemanais para debate com os demais projetos de iniciação científica e extensão desenvolvidos pelo NUPELA.

3 Fundamentação teórica

Inicialmente, foram trabalhados uma série de textos referenciais acerca da consideração da política externa enquanto política pública e da necessidade de sua democratização (BELÉM LOPES, 2012; MILANI; PINHEIRO, 2013; SOARES LIMA, 2000). Bibliografias mais especificamente referentes à participação Legislativa no processo decisório de política externa também foram consultadas (FIGUEIRA, 2011). Por fim, foram estudados artigos de autores uruguaios e paraguaios a respeito da política externa de seus respectivos países (FERRO CLÉRICO, 2006; ROLON, 2010).

Uma vez que o objetivo central da pesquisa foi realizar o mapeamento da participação legislativa do Uruguai e Paraguai no processo decisório de política externa, as fontes mais amplamente consultadas foram relatórios das Comissões responsáveis pelas relações exteriores de cada um dos países no período analisado, obtidos nos sites oficiais de ambos os governos.

4 Resultados

Em ambos os países, o Poder Legislativo se organiza em estrutura bicameral e atua em política externa como *veto player*, aprovando ou não tratados internacionais negociados pelo Poder Executivo. No Uruguai, verificou-se uma atuação mais ativa da Comissão de Assuntos Internacionais do Senado que de sua homônima na Câmara de Representantes, respectivamente com 216 e 140 temas deliberados. No Paraguai, constatou-se uma participação menos expressiva do Legislativo em política externa, com um total de 51 temas deliberados pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados e apenas 33 em sua equivalente no Senado. Quanto às principais temáticas abordadas, no Uruguai se destacaram os acordos de cooperação bilateral. No Paraguai, foram enfatizados tratados provenientes de organizações internacionais. Em ambos os países, todos os tratados encaminhados pelo Poder Executivo foram aprovados nas Comissões.

5 Conclusões

Apesar dos órgãos legislativos se apresentarem como potencial espaço de participação e pressão popular nos temas de política exterior, não foi possível observar avanços nesse sentido nos casos do Uruguai e do Paraguai. Em ambos os países, todas as decisões submetidas pelo Poder

Executivo foram acatadas pelo Legislativo. Quanto a aspectos comparativos entre ambos os países, notou-se uma participação exponencialmente maior do Legislativo uruguaio em temas de política exterior do que seu vizinho paraguaio. A razão para tal discrepância, porém, pode ser explicada pela defasagem de dados disponibilizados pelo governo do Paraguai.

6 Principais referências bibliográficas

FERRO CLÉRICO, Lilia. Democracia y política exterior: Uruguay (1985-2006). **América Latina Hoy**, v. 44, p. 11, 2006.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo : Editora Saraiva, 2011.

LOPES, Dawisson Belém. Política externa democrática. Oxímoro, quimera ou tendência?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 185-202, 2012.

ROLON, José Aparecido. **Paraguai: transição democrática e política externa**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.